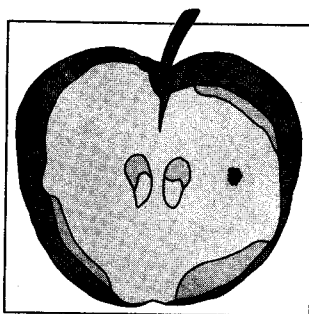


OS JARDINS DE INFÂNCIA E AS ESCOLAS MATERNAIS DE SÃO PAULO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Tizuko Mochida Kishimoto
Da Faculdade de Educação da USP



RESUMO

Este trabalho identifica as características dos jardins de infância e escolas maternas criados no fim do período imperial e início da República (1875 a 1930) em São Paulo, e especifica os objetivos e funções da educação infantil.

SUMMARY

This study identifies the characteristics of kindergarten and nursery schools created at the end of imperial period and beginning of Republic (1875 – 1930) in São Paulo and specifies the goals and functions of childhood education.

Desde a instalação do primeiro jardim de infância no Brasil, em 1875, discute-se a importância dessa modalidade escolar para o público infantil. Porém, o desconhecimento dos objetivos da pré-escola e, conseqüentemente, de sua função educativa, levou diversos políticos e educadores a associar todas instituições infantis a casas assistenciais de cunho religioso. Assim, para o senador Junqueira, em 1879, o jardim de infância não passava de uma "instituição de caridade para meninos desvalidos". Da mesma forma, durante a Exposição Pedagógica ocorrida em 1883 no Rio de Janeiro, Alberto Brandão argumentava ser o "jardim de infância uma instituição sem utilidade para o Brasil onde a mulher só tinha a função de cuidar dos filhos". Outro especialista presente nesse evento considerava qualquer instituição infantil uma imitação inconsciente de país industrializado, "objeto de luxo" para um país onde a mulher só concorria como "fator de produção de filhos e não de renda" e, ainda, assinalava a inconveniência de se tirar a criança muito cedo do regaço materno (Kishimoto, 1986, p. 53-7).

Enquanto para a maioria dos parlamentares e membros da sociedade paulista os jardins de infância não passavam de "objetos de luxo", de inutilidades ou instituições assistenciais para "desmamar bebês", para Souza Bandeira e Rui Barbosa, representavam estabelecimentos com orientação educativa, distinguindo-se das casas assistenciais.

A modalidade de instituição infantil designada como jardim de infância ou *Kindergarten* foi criada por Frederico Guilherme Froebel, em 28 de julho de 1840, em Bad Blankenburg, na Alemanha, como estabelecimento tipicamente educativo. Ao escolher esse nome para sua escola, Froebel se viu-se de uma metáfora do crescimento da planta. Assim, atribuiu-se à jardineira, a professora de educação infantil, e aos esforços conjuntos da escola e família, a tarefa de propiciar o desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e moral da criança, principalmente pelo uso de jogos, à semelhança de um jardineiro que cuida carinhosamente de suas plantas.

O *Kindergarten* froebeliano destinava-se à educação de crianças de 3 a 7 anos, por meio de atividades que envolviam a formação religiosa, o cuidado com o corpo, a observação da natureza, o aprendizado de poesias e cantos, exercícios de linguagem manuais, desenho, canto, viagens e passeios (Froebel, 1913, p. 3). O educador pretendia, por intermédio desse currículo, estimular o desenvolvimento integral da criança e, nesse sentido, ajustava-se aos objetivos de um estabelecimento com caráter educativo, distinguindo-se das salas de asilo, das casas de guarda ou orfanatos da época, que visavam apenas à proteção da criança.

O jardim de infância teve ampla penetração em diversos países. Nos Estados Unidos a iniciativa privada instalou as primeiras unidades a partir de 1855. Logo depois, a expansão foi garantida pela atuação das entidades femininas, organizações religiosas e pelo apoio do governo.

No Brasil, coube também à iniciativa particular a instalação dos primeiros jardins de infância. No Rio de Janeiro, Menezes Vieira criou, em 1875, a primeira unidade no país, para atender à elite carioca. Seu estabelecimento infantil, que se tornou conhecido, participou da Ex-

posição Pedagógica do Rio de Janeiro juntamente com similares européias, obtendo o primeiro lugar pela qualidade do trabalho desenvolvido. Dois anos depois, protestantes radicados em São Paulo inauguraram o *Kindergarten* na famosa Escola Americana, hoje Colégio Mackenzie, uma escola particular, destinada à elite. Seu diretor, pastor George Chamberlain, em relatório enviado ao Board de Nova Iorque assinalava: "O jardim de infância, ou jardim das crianças, será baseado no hoje conhecido sistema de Froebel e tem por fim o desenvolvimento intelectual, desde a mais tenra idade, por métodos intuitivos e naturais, tendo sempre em vista as necessidades físicas das crianças" (Garcez, 1970, p. 69).

Ainda na rede privada, os imigrantes contribuíram com algumas escolas infantis, de tendência froebeliana, no início da República. Provenientes de vários países mais desenvolvidos que já haviam incorporado até o jardim de infância em seu sistema de ensino, os imigrantes ressentiam-se do baixo nível de educação no Brasil. A valorização da educação de seus filhos levou-os a organizar diversos tipos de escolas. Entre elas estava o jardim de infância. Tem-se notícias, por exemplo, de estabelecimentos como a Escola Alessandro Manzoni (1900) e o Collegio Convitto Dio e Patria (1898) que ofereciam o jardim froebeliano, em língua italiana, para os rebentos dos imigrantes.

No interior do estado, grupos de leigos ou religiosos instalaram também jardins de infância em Campinas e Piracicaba. Em outros estados do Brasil, como Pará, (Colégio Americano - 1884) e Rio de Janeiro (Colégio Menezes Vieira - 1875, Escola de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade - 1887 e Escola Alemã - 1893) foi por conta da iniciativa privada que surgiram as primeiras unidades infantis.

Com a implantação da República em 1890, emergia o ideal de que, por meio de reformas educativas se alcançaria um novo padrão de desenvolvimento no país. Assim, Prudente de Moraes, quando governador de São Paulo, recomendava ao jornalista e educador Rangel Pestana a reforma da Escola Normal da Capital. Nesse projeto já aparecia o *Kindergarten* para crianças de 4 a 7 anos de idade.

Todavia, dificuldades de ordem legal impediram a criação do jardim de infância naquela época. A Constituição, ao fixar o início da obrigatoriedade escolar aos 7 anos de idade, restringia a liberação de recursos públicos a estabelecimentos para crianças abaixo da idade regulamentada pela lei. Contrariando essa norma, Gabriel Prestes, empolgado pela idéia de completar a reforma da instrução iniciada por Rangel Pestana, inaugurou, em 1896, um jardim de infância anexo à Escola Normal da Capital que dirigia. Entusiasmado com o sucesso do *Kindergarten* nos Estados Unidos, Prestes apresentou justificativas de ordem pedagógica, que suplantaram as de natureza jurídica, para criar uma unidade em um estabelecimento oficial destinado à educação do povo, que passou a atender filhos de governantes e elementos da camada mais abastada da sociedade paulista. Desde então, parlamentares como Marrey Junior e Esteves da Silva questionavam a elitização do jardim de infância instalado na Praça da República, chegando a apresentar projetos exigindo a extinção desses privilégios.

Outro tipo de estabelecimento infantil que marcou presença em São Paulo nesse período denominava-se escola maternal. Proveniente da França, a escola maternal surgiu em 1848, quando a inspetora francesa Pape-Carpantier tentou substituir as desgastadas instituições assistenciais conhecidas como salas de asilo que proliferavam naquele país. Apesar da promulgação de um decreto que efetivava a substituição do nome, a tradição prevaleceu dando continuidade à denominação de sala de asilo.

Somente em 1879, por insistência de Pauline Kergomard, a questão do nome ressurgiu, culminando com o decreto de 2 de agosto de 1881 que modifica a sala de asilo que passa a chamar-se escola maternal. Com a inclusão de objetivos como o desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança, ausentes na tradição dos estabelecimentos infantis franceses, a escola maternal desponta como um novo tipo de escola que busca sua função pedagógica. A mudança do nome representava, ainda, uma tentativa para acabar com o generalizado preconceito contra essa organização freqüentada por crianças pobres e abandonadas.

Apesar dos esforços de inspetores, como Kergomard, Brès, Girard e outros, em transformar a escola maternal em instituição educativa, bafejada pelos ideais de Froebel e Carpentier, a arraigada tradição assistencialista das salas de asilo não permitiu o florescimento da nova escola maternal.

Qual era a prática da escola maternal francesa do século passado? Longos exercícios de leitura coletiva, em sucessão monótona, ensurdecadora e ininteligível de letras, sílabas e palavras. Enfim, a "ladainha" presente também no cotidiano escolar de crianças brasileiras do período imperial. Por essa razão, ela transformou-se em escola infantil alfabetizadora, rígida, que desconsiderou as necessidades das crianças.

A influência do modelo francês fez-se sentir no Brasil, a partir de 1902, nas primeiras escolas maternais destinadas a amparar órfãos e filhos de operários. Criadas em São Paulo pela espírita Anália Franco, essas escolas eram consideradas mais apropriadas para o desenvolvimento de crianças brasileiras, por funcionarem em período mais curto e serem mais exigentes que os jardins de infância, considerados muito morosos para a nossa clientela infantil.

Posteriormente, nos anos 20, estimulados pelas facilidades concedidas pela legislação, industriais, religiosos, damas da sociedade iniciam a oferta de escolas maternais junto a centros fabris e vilas operárias, para atender exclusivamente a filhos de operários. Ao governo estadual competiam as despesas com professores, funcionários, material pedagógico e mobiliário escolar, enquanto que os custos relativos à construção de edifícios, alimentação etc., ficavam por conta dos mantenedores. A análise da documentação do período permite inferir que motivações diversas, alheias à importância da educação pré-escolar, como o aumento da produção, a riqueza do estado e ações humanitárias ou cristãs, contribuíram para o aparecimento de escolas maternais nas décadas de vinte e trinta.

É preciso salientar que as condições histórico-sociais que se apresentavam a partir dos anos 20, em de-

corrência da urbanização, expansão industrial, imigração e outros fatores, contribuíram para o aparecimento das escolas maternais. Além disso, a inexistência de assistência previdenciária ao operariado e o empobrecimento da classe operária, decorrente do aumento do custo de vida, de baixos salários, além das péssimas condições de trabalho, mobilizaram os operários para as sucessivas greves em busca de melhores condições de trabalho e de vida. O proletariado, entre outras exigências, reivindicava a construção de estabelecimentos infantis, necessários para a guarda da infância enquanto os pais se ausentavam do lar, na labuta diária.

Outra questão que merece destaque é o aparecimento de diversos movimentos político-sociais e diferentes correntes de pensamento que contribuíram para aumentar a efervescência de idéias. Entre elas despontava a idéia de que a escola maternal era uma instituição que colaborava para a modernização do país. Carneiro Leão assinalava em 1917: "Quem não conhece os serviços prestados pelas escolas maternais e que nos oferece testemunho valioso Mme. de Kergomard, nos seus eloqüentes trabalhos!...Uma multiplicidade de tipos de escolas com os melhores métodos e os mais orientados cuidados pela infância, difundem-se definitivamente nos povos superiores" (Leão, 1917, p.120).

A ideologia do progresso, amparada pelos dispositivos legais e condições sociais e políticas típicas dos anos 20, definiu a escola maternal como um estabelecimento próprio para operários. O decreto 3.708 de 30 de abril de 1924 não deixa dúvidas ao especificar: "As Escolas Maternais são destinadas a iniciar a educação física, intelectual e moral dos filhos de operários servindo de intermediárias entre a família e a escola" (Coleção... 1924, p.102)

Muitos educadores discordavam dessa discriminação em torno dos dois estabelecimentos infantis que atendiam crianças da mesma idade, tendo apenas uma população distinta: nos jardins de infância, os ricos e, nas escolas maternais, os pobres.

A longa prática dos jardins de infância, tanto particulares como o único oficial, de prestarem serviços às classes de maiores recursos parece ter reforçado a idéia de que é a situação econômica que diferencia o jardim de infância de outros estabelecimentos como escolas maternais e creches. Contrariando essa postura, Villalba Alvim afirmava: "A escola maternal é... uma instituição para as criancinhas de 2 a 4 anos e o jardim de infância para os de 4 a 6 anos. No nosso projeto não é a classe social mas a idade das crianças que diferencia primeiramente as duas instituições" (Alvim, 1941).

Alvim apontava a idade como critério para classificar os dois estabelecimentos infantis, considerando que crianças de 2 anos apresentam tais peculiaridades em seu comportamento que as diferenciam das de 4 anos. Alvim utilizava o nível de desenvolvimento como critério para agrupá-las nas seções de maternal e jardim. Da mesma forma, a jardineira Alice Meirelles Reis utilizava o critério de idade para dividir a educação infantil em maternal (2 a 4 anos) e jardim (4 a 7 anos), modelo esse vigente na América do Norte (Reis, s. d., p. 62).

Apesar dos esforços de educadores como Alvim e Reis para não discriminar crianças nos estabelecimentos

infantis, paralelamente à valorização dos jardins de infância como instituições típicas de crianças ricas, aparecia, gradativamente, o sentido depreciativo associado às organizações assistenciais. A assistente social Faria (1941, p. 29) comentava: "As instituições pré-escolares que prestam assistência e dão também educação são vulgarmente chamadas de, 'creches e escolas maternais'".

Essa forma discriminatória de organização da pré-escola assemelhava-se à de países europeus, como a França, onde a educação infantil comportava escolas maternais, anexas a escolas primárias, para filhos de operários, e jardins de infância, anexos aos liceus particulares, destinados à classe de melhor poder aquisitivo.

Não se pode fazer do período pré-escolar um novo espaço para a segregação social, que era a tônica geral desse período. A dualidade da educação pré-escolar enquadrava-se dentro de um sistema educativo que levava a discriminações semelhantes em outros níveis de ensino. É bastante conhecida a dualidade do ensino secundário: ginásios secundários para a elite intelectual com possibilidade de acesso ao ensino superior, e ginásios profissionalizantes para o povo, sem essa oportunidade. Essa duplicidade de sistemas educacionais manifestava-se também no ensino superior, com a aceitação da Politécnica, Direito e Medicina como escolas de altos estudos, vedando-se à Escola Agrícola Luiz de Queiroz esse direito (Nadai, 1981).

Em síntese, essa situação revela o desconhecimento de duas questões fundamentais: a necessidade de democratização da educação pré-escolar e a definição clara dos objetivos e funções da pré-escola. Embora a função social, historicamente reconhecida, de proteger

crianças continue presente, principalmente nos países de menores recursos, a função educativa é a que deve prevalecer. Um estabelecimento pré-escolar só poderá ser considerado como tal quando oferecer um trabalho de natureza pedagógica, que se inicia com um estudo da criança dentro de seu próprio meio, sem distinções de qualquer natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KISHIMOTO, T. M. *A pré-escola em São Paulo* (das origens a 1940). São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Educação da USP, 1986.
- FROEBEL, F. *La education del hombre*. Madrid, Daniel Jorro Editor, 1913.
- GARCEZ, B. N. *O Mackenzie*. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1970.
- LEÃO, A. C. *O Brasil e a educação popular*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1917.
- COLEÇÃO de Leis e Decretos de 1924, Cap. II, art. 5º
- ALVIM, M. A. Parques infantis como centro de assistência social ao pré-escolar. *Cultura Artística*, Rio de Janeiro (15, 20 e 36), Trabalho apresentado para a obtenção de diploma de Assistente Social.
- REIS, A. M. Escolas maternais e jardins de infância, (mimeo), Arquivo pessoal da autora.
- FARIA, H. R. M. de. A função social do jardim de infância. São Paulo, Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social, 1941.
- NADAI, E. *Ideologia do progresso e ensino superior*. São Paulo – 1981-1934. São Paulo, Tese de doutoramento, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1981.

